

# O ARCEBISPO D. JORGE DA COSTA E OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA EM PORTUGAL

\* Por JOSÉ MARQUES  
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

## Introdução

Estamos a comemorar o **V.º centenário** do primeiro livro impresso em Portugal até agora conhecido, ou seja do **Sacramental**, organizado, entre 1421 e 1423, pelo arcediogo de Valdeiras, na diocese de Leão, Clemente Sánchez de Vercial, não se tendo ainda esbatido os ecos de idêntica efeméride, relativa ao **Pentateuco** hebraico, saído dos prelos de Samuel Gacon, em Faro, no ano de 1487.

Braga, dada a sua estreita ligação ao processo de introdução da imprensa em Portugal, não podia ficar indiferente a este centenário. Com efeito, além de os livros litúrgicos fundamentais do rito bracarense — uma das suas maiores glórias históricas, que urge preservar da morte — se contarem entre os raros incunábulos portugueses, tendo, inclusive, o **Breviarium**, de 1494, sido considerado durante muito tempo como o primeiro livro impresso em Portugal, sabe-se que no enquadramento deste importante complexo arquitectónico do antigo Paço Arquiepiscopal, depois remodelado,

\* O conteúdo desta conferência, inicialmente solicitado para ser apresentado na Biblioteca Pública de Braga (Universidade do Minho), com a anuência do seu Director, Dr. Henrique Barreto Nunes, — atenção que agradeço — viria a ser parcialmente apresentado, em Chaves, em 18-4-1988, e na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 23-5-1988.

foram tomadas as decisões conducentes à concretização desse projecto editorial de incalculável alcance cultural e pastoral, primordialmente integrado pelos mencionados livros litúrgicos. Para mais, a estas três obras litúrgicas — **Breviarium, Manuale e Missale** — além do **Tratado de confissom**, impresso em Chaves, em 8-8-1489, deveremos associar-lhes o **Sacramental** de Valdeiras, cuja impressão terminou naquela vila transmontana, no dia 18 de Abril de 1488, conforme tudo leva a crer, também por ordem do mesmo prelado, D. Jorge da Costa, que o destinava à clerezia bracarense.

Julgo ser esta última uma boa notícia a divulgar nesta comemoração centenária, reservando para a parte final desta exposição a análise dos documentos em que se apoiam estas afirmações, eventualmente incómodas.

Apesar disso, apresento-as como modesto contributo em ordem ao progressivo esclarecimento da história da introdução da imprensa em Portugal, adiantando, desde já, que, se face aos dados disponíveis e até prova incontestável em contrário, estou convencido da sua veracidade, por razões de natureza metodológica, deverei apresentar esta minha posição rotulando-a simplesmente com a classificação de «**sólida hipótese**».

4 Nestas circunstâncias, se Chaves, muito justamente, reclama os louros da **prioridade** na impressão das duas primeiras obras em português — aí executadas apenas por razões conjunturais — podemos afirmar que Braga, tanto quanto até agora sabemos, está na base de todo esse processo, cabendo ao arcebispo D. Jorge da Costa a responsabilidade institucional e o mérito de ter promovido as impressões do **Sacramental** e do **Tratado de confissom** por motivos meramente pastorais. Em rigor, deveremos afirmar que Braga e Chaves — ao tempo pertencente à Arquidiocese Primaz — estão intimamente unidas ou, se preferirmos, implicadas no processo de introdução da imprensa em Portugal. Daí que seja bem apropriada esta comemoração do **V.º centenário** da publicação do primeiro desses livros, neste complexo arquitectónico do antigo Paço Arquiepiscopal, onde se realizou o sínodo de 6 de Dezembro de 1488, que decidiu mandar imprimir os referidos livros litúrgicos, aqui se tendo deliberado também, tempos antes, a impressão da obra que agora nos ocupa e a do **Tratado de confissom**.

Face ao que se tem escrito sobre a impressão destes dois primeiros livros em português — o **Sacramental** e o **Tratado de confissom** — não será de estranhar que alguém possa considerar

ousado o título escolhido para esta conferência. Nesse caso, peço apenas a fineza da suspensão de tal juízo até ao fim desta exposição, que terá duas partes bem distintas. Na primeira, dar-se-á uma breve imagem do que se passava na Arquidiocese de Braga, quanto aos livros manuscritos eruditos e do estado em que se encontravam os livros litúrgicos de uso corrente, por vezes reduzidos a simples «cadernos». Na segunda, feita uma breve síntese de revisão sobre alguns temas de candente actualidade em torno dos primórdios da imprensa em Portugal, procurar-se-á demonstrar que o arcebispo D. Jorge da Costa, em termos institucionais, foi o principal responsável da impressão do **Sacramental** e do **Tratado de confissom**, averbando, por isso, também o mérito de ser pioneiro entre nós na utilização da imprensa ao serviço da pastoral.

Com isto não pretendo antecipar conclusões nem silenciar a importância verdadeiramente revolucionária da imprensa na cultura, na comunicação entre os homens da mesma ou de línguas diferentes, na vida religiosa e pastoral, no ensino, na ciência e na técnica, na difusão das ideias da mais diversa índole nesse período tão fecundo que foi o do Humanismo e Renascimento, nas navegações, na política, etc.

Mas deixemos de lado, neste momento, tantos desses aspectos para nos fixarmos apenas nos religiosos e pastorais.

## I PARTE

### **Panorama dos livros manuscritos, segundo a documentação bracarense.**

Muitas vezes se tem dito que um livro, tal como um amigo, é um tesouro. Se isto é válido para qualquer época histórica, muito mais o é em relação ao livro medieval, quer pelo seu valor material, em que tem de se entrar em linha de conta com o suporte pergamináceo, iluminuras, miniaturas, qualidade gráfica, encadernação, etc., quer pelo tempo necessário para copiar um único exemplar, pela importância do seu conteúdo, pela escassez, raridade e elevado preço da sua cotação, para não falar já da necessidade que dos mesmos se fazia sentir.

Numa tentativa de esclarecer um pouco alguns destes pontos, além de recordar algumas obras-primas da iluminura e da miniatura medievais ainda conservadas nos nossos arquivos e bibliotecas,

como o **Livro das Horas de D. Duarte**, a **Bíblia dos Jerónimos**, o **Apocalipse de Lorvão** e tantos outros *espécimes*, de que nesta Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga se conservam também alguns exemplares<sup>1</sup>, impõe-se declarar que, no período medieval, normalmente, quem desejava ter um livro ou o copiava pessoalmente ou conseguia um bom copista que se incumbisse dessa tarefa a troco de adequada remuneração.

O processo de difusão do livro era lento e comportava certos riscos, inclusive técnicos, que não cabe aqui referir. Com a criação e difusão das universidades desenvolveu-se também a técnica da produção do livro, surgindo os **stationarii** ou «livreiros» a quem eram confiados os «**exemplares**» e as respectivas «**peciae**», onde os copistas iam levantar. Entre nós, porém, não há notícia de exemplos da vigência deste sistema de produção livreira e as três obras existentes em Portugal multiplicadas por este processo são de origem estrangeira<sup>2</sup>.

O valor das obras aumentava como resultado da conjugação da importância do seu conteúdo com a escassez ou raridade e a necessidade que das mesmas havia. Daí que nos testamentos de clérigos — não esqueçamos que clérigo era sinónimo de escolar: — «**clericus sive scholaris**» — e de outras pessoas cultas abundem as cláusulas relativas ao destino a dar aos seus livros após a sua morte e, por vezes, ainda em vida.

6 Do que neste domínio se passava em Braga possuímos elucidativos exemplos na documentação conservada no Arquivo Distrital de Braga, da qual me vou socorrer. Sem pretensões de exaustividade, transcreverei diversas passagens do **Livro 1.º dos testamentos do Cabido**, vindo a propósito observar que a mesma fonte já foi utilizada por Isaiás da Rosa Pereira no tocante às obras de Direito<sup>3</sup>. A referência a outros livros, porventura úteis a outros investigadores, ampliam a importância desta fonte. Por isso, aqui registarei um significativo número de tais disposições testamentárias, esclarecendo, desde já, que não é minha intenção neste momento, comentar estes preciosos extractos documentais, mas tão somente

---

1 — Entre outros, veja-se, por exemplo, o Ms. 3, de origem francesa.

2 — PEREIRA, Isaiás da Rosa — A «**pecia**» em manuscritos universitários. **Estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV**, in «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, II série, 22, 1973, pp. 245-278.

3 — PEREIRA, Isaiás da Rosa — **Livros de Direito na Idade Média**, in «Lusitania Sacra», Lisboa, t. VII, 1964-1966, pp. 7-60; t. VIII, 1967-1969, pp. 81-96.

divulgá-los, na medida em que ajudam a compreender não só o estado de carência existente na arquidiocese nesta matéria, desde o século XIII até ao fim do século XV, mas também porque ajudam a compreender o interesse, o entusiasmo e o sentido de oportunidade pastoral com que o arcebispo e os seus colaboradores abraçaram esta nova técnica que permitia multiplicar os livros a um ritmo ainda pouco antes insuspeitado.

Assim, em 1 de Outubro de 1245, Martinho Gonçalves, no testamento a favor do Cabido determinou: — «*Item mando Johanni nepoti meo predicto **decretales** meas et X morabitanos...*»<sup>4</sup>.

Quase dez anos depois, em 28 de Maio de 1255, D. Pedro Eychegez dispunha textualmente o seguinte:

— «*Item mando ecclesie Sancte Marie de Sobreposta hereditatem meam de Britelo quam comparavi de Johanne Pelagii de Aquilata et mando eidem ecclesie tres morabitanos ad emendum Psalterium ad opus ipsius ecclesie...*». E mais à frente continuou: «*Item mando eidem Johanni Petri libros meos scilicet **Decreto, Decretales novas et veteres et Instituta et alios libellos meos***»<sup>5</sup>.

Por sua vez, decorrida uma década, em 26 de Outubro de 1265, o cônego de Braga, D. Estêvão, de par com outras disposições relativas a aspectos assistenciais, ordenou o seguinte.

— *Item mando fratri Johanni de Faria Ordinis Predicatorum librum meum **Dialogorum***» (de S. Gregório Magno).

*Item mando psalterium meum parvum domno V(alasco) archidiacono.*

*Item mando **Decreta** que fuerunt Petri Juliani cum allis **Summis et libris** quos habeo Durando Pelagii tabelioni Bracarensi.*

*Item mando domno Durando canonico librum meum qui incipit: **In hoc libro...***».

*Item mando quod si libri qui de thesauro Bracarensi sint inveniantur in domo mea quod restituantur ipsi thesauro et suplico domnis V(alasco) archidiacono, Johanni Paris canonico et Stephano Gomecii porcionario Bracarensi quatinus intuitu pietatis sint executores huiusmodi mei testamenti*»<sup>6</sup>.

Em 23 de Agosto de 1270, o cônego de Braga João Fernandes, no seu testamento feito em Salamanca, deixou as suas **Decretais** ao

4 — Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), Livro 1.º dos testamentos do Cabido, fl. 3.

Nos casos seguintes citarei, de forma abreviada, apenas Livro 1.º.... fl. ...

5 — A.D.B., Livro 1.º.... fl. 20.

6 — A.D.B., Livro 1.º.... fl. 19-19v.

sobrinho Martinho Martins<sup>7</sup>, e em 20 de Maio de 1271, João de Paris, cónego de Braga, estabelecia o seguinte: —«*Item mando fratri Petro consobrino meo quinquaginta morabitanos ad opus librorum*»<sup>8</sup>.

Do século XIV conhecem-se também algumas disposições similares, relativas à temática que nos ocupa. Tais são, por exemplo, os casos de Egas Lourenço, chantre de Braga, que em 24 de Março de 1346, assim exprimia a sua última vontade: —«*Item mando supradicto Gundisalvo consobrino meo **Decretales meas et omnes alios libros meos si clericus fuerit***»<sup>9</sup>, e o de Pedro Eanes, arcediogo de Barroso, que em 18 de Janeiro de 1369, ordenava: —«*Item mando **psalterium meum Petro Dominici clerico meo.***

— *Item mando capelle Sancti Bertolomei civitatis Bracarensis **librum meum dominicale qui incipit in prima oratione «Deus in te sperantium***»<sup>10</sup>.

Creio que estes exemplos são bem elucidativos do que atrás afirmei, relativamente à transmissão de livros.

Mas do que era a situação quanto a livros litúrgicos na Arquidiocese de Braga há diversas informações preciosas, algumas datando do século XIII, que igualmente se transcrevem. Assim, no inventário da igreja de Cabreiros, elaborado em 25 de Outubro de 1265, pode ler-se acerca dos livros existentes para serviço da paróquia: —«... *et duo antiphonalia et unum missale, I psalterium et unum byrviarium (sic) ... et unum cathenatum*»<sup>11</sup>.

8

No inventário da igreja de S. Paio de Perelhal, actualmente do concelho e arciprestado de Barcelos, apesar do seu mau estado de conservação, ainda se pode ler:

— *Item huum missal domingal com huum caderno de Corpore Christi com... bençoens desposoyros e d'himergere.*

— *Item livros semanall e domingal e santal responsoiros.*

— *Item outro livro leiçoeiro domingal santall.*

— *Item hum capitulanteiro de capitullas e oraçoens de cada...*

— *Item o dicto Joham Stevez fez pergunta se havia na dicta egreja Salteiro de rezar dise que non*»<sup>12</sup>.

---

7 — A.D.B., Livro 1º... fl. 20-21.

8 — A.D.B., Livro 1º... fl. 22.

9 — A.D.B., Livro 1º... fl. 61v.

10 — A.D.B., Livro 1º... fl. 46v.

11 — A.D.B., Gaveta 1ª das igrejas, n.º 143.

12 — A.D.B., Gaveta 2ª das igrejas, n.º 158.

No século XV, vai-se notando um maior número de livros nas várias paróquias, como sugerem os inventários conhecidos, embora não se tenha realizado ainda uma investigação sistemática nesta matéria. Por ordem cronológica, vejamos os seguintes exemplos:

— Em 13 de Julho de 1401, por ocasião da confirmação da paróquia de S. Tomé de Travassós a um clérigo com o qual tinha sido necessário dispensar por não saber falar nem entender latim, foi elaborado o inventário paroquial, donde constam estas referências aos livros aí existentes:

- *Item huum livro santal coberto de tavoas e huum pistoleiro coberto de tavoas e huum evangeliairo coberto de tavoas.*
- *Item huum livro domingal.*
- *Item huum sacramentoiro.*
- *Item huum livro domingal e santal.*
- *Item huum quaderno de boitizar e encomendar.*
- *Item outro quaderno de missas privadas.*
- *Item huum quaderno d'offico do Corpo de Deus e das Neves e Conceiçom.*
- *Item huum salteiro velho frances».*

Ainda em relação aos bens desta igreja, Gonçalo Esteves disse que com receio da guerra «*e das maas jentes que tinha em a dicta sua casa hum livro antinal domingal e santal e hua vistimenta que tem o manto d'ouro perfecta*»<sup>13</sup>.

Outra paróquia que dispunha de um significativos números de livros litúrgicos era a de S. Miguel das Marinhas, como se verifica pelo inventário, datado de 16 de Setembro de 1419:

- *«Item huum livro pequeno feriall ja velho.*
- *Item huum livro grande santall.*
- *Item outro livro grande domingall e santall.*
- *Item outro livro grande santall de rezar.*
- *Item outro livro grande oficiall santall e domingall todo pontado.*
- *Item outro livro mais pequeno a que chamam colitanyo de capitullas e orações.*
- *Item huum livro pequeno de bautizar em que jaz o ofycio do Corpo de Deus e o ofycio de Hunçon e de Casamento e de Mortuorum.*
- *Item disse Stevam Stevez capelam que avia na dicta egreja*

---

13 — A.D.B., *Colecção cronológica*, cx. 25, s.n.



*dous salteiros huum frances e outro galego e que ell tiinha o galego e Roi Martinz abade que foy da dicta igreja tiinha o outro.*

— *Item huum caderno de purgaminho em que jaz o officio de Sancta Maria das Neves»*

Os livros litúrgicos eram imprescindíveis para as celebrações paroquiais. Privar um pároco destes instrumentos comprometia gravemente a sua acção pastoral. Pois foi isso o que Martinho, criado de Afonso Martins de Pedralva, fez ao prior de S. Martinho de Dume, João Gonçalves, apoderando-se-lhe de um livro *domingal e liçoeiro*», como penhora por quatrocentos reais que deveria pagar a el-Rei. Em consequência desta atitude, o referido prior queixou-se judicialmente e o livro foi-lhe devolvido, mas, em contrapartida, foram-lhe tomados dois bois<sup>15</sup>. Esta brevíssima referência a um longo processo judicial permite ter a noção do valor deste livro equiparado quase ao valor de uma junta de bois!

As situações expostas, relativas ao estado dos livros litúrgicos paroquiais da Arquidiocese de Braga, ter-se-ão agravado ao longo do século XV e quando D. Jorge da Costa foi eleito e assumiu o seu governo pastoral as carências neste domínio deviam ser verdadeiramente alarmantes, até porque se estava a viver ainda no rescaldo de uma prolongada crise económica que flagelou o País e também esta região nortenha, desde o século XIV.

10 Daí que o prelado, conhecedor da importância e eficácia da imprensa, dela se tenha socorrido para obviar às necessidades culturais e pastorais da sua diocese e respectivo clero.

## II PARTE

### D. Jorge da Costa e a imprensa

Entramos, assim, no ponto central desta comunicação, convido, desde já, anotar que a pesquisa e o debate acerca das obras publicadas em Chaves, em que muitos temos andado envolvidos, radicam essencialmente na falta de documentação explícita sobre os condicionalismos que rodearam as suas impressões. Julgo, por isso, que a melhor forma de comemorarmos o dia exacto do **V.º centenário** da conclusão da impressão do **Sacramental** é passarmos

---

15 — A.D.B., Colecção cronológica, cx. 22, s.n.



em revista as posições até agora tomadas, debatermos as questões em aberto e, eventualmente, apresentarmos propostas susceptíveis de contribuírem para o seu desejado esclarecimento definitivo.

É com este espírito que me proponho rever algumas das minhas posições e reafirmar outras, fazendo-o agora de forma mais fundamentada. Começarei por recordar que no breve estudo sobre o **Tratado de confissom** há três grupos de posições a salientar neste momento:

- O que afirmei e continuo a sustentar;
- Aspectos a corrigir;
- Hipóteses que deixo salientar, indicando os fundamentos em que me apoio.

Em relação ao primeiro ponto, bastará anotar que defendi, antes de mais, que não se pode falar propriamente de **autor** do **Tratado de confissom**, mas sim de **adaptador**, dado que esta obra se situa na linha dos **penitenciais** da Alta Idade Média e dos tempos mais próximos da edição<sup>16</sup>. Além disso, a partir da cláusula relativa à observância da liturgia bracarense na celebração da missa, traduzida nas penas taxativamente previstas para os clérigos infractores, atribui e continuo a sustentar que a responsabilidade da sua edição deverá ser atribuída ao arcebispo D. Jorge da Costa. A este argumento poderemos hoje acrescentar outros, de que mais abaixo se falará. Nesta linha de pensamento frisei ainda, de forma reiterada, que esta obra se destinava ao clero bracarense em geral, urgindo, por isso, pôr definitivamente de lado a ideia de que ela se destinava aos confessores dos peregrinos de S. Tiago de Compostela<sup>17</sup>.

No plano das correcções, face aos elementos contidos no **colofon** do **Sacramental**, revelado pela Sra. Doutora Rosemarie Horch<sup>18</sup> quase simultaneamente ao aparecimento do meu referido opúsculo, parece-me de abandonar a argumentação por mim desenvol-

---

16 — VOGEL, Cyrille — **Le pécheur et la pénitence au Moyen-Âge**. Paris, Les Éditions du CERF, 1969.

17 — MARQUES, José — **Tratado de confissom. Novos dados para o seu estudo**. Vila Real, BPAD-IPPC, 1986, pp. 18-20 e 24-25.

18 — HORCH, Rosemarie Erika — **O primeiro livro impresso em língua portuguesa**, in «Prelo», Revista da I.N.-C.M., Lisboa, 10, Jan.-Março 1986, pp. 6-18. Idem — **Luzes e fogueiras. Dos Albores da Imprensa ao obscurantismo da Inquisição no «Sacramental» de Clemente Sánchez**, vol. I, São Paulo, 1985, fls. 183 ss. (Tese de doutoramento, policopiada).

vida em torno da prioridade do **Sacramental** sobre o **Tratado de confissom**. Com efeito, atendendo ao peso de referencial cronológico que era a data do sínodo de 6 de Dezembro de 1488, não hesitei em transferir para 1489 o aparecimento do **Sacramental**. No entanto, hoje, apesar da contestação já por outros feita ao colofon do **Sacramental**, a que mais abaixo me referirei, não tenho dificuldade em aceitar a data de 18 de Abril de 1488.

Como resultado da reflexão sobre a hipótese de estas duas obras procederem de uma fonte patrocinadora comum e atendendo à prevalência da importância do **Sacramental** sobre o **Tratado de confissom**, deixei no ar a pergunta se não teria sido impresso também em Chaves o **Sacramental**, devendo-se, no caso afirmativo, atribuir também a responsabilidade da impressão ao mesmo prelado, D. Jorge da Costa.

À luz dos novos dados agora conhecidos, além de não me repugnar aceitar a data que estamos a comemorar, reitero a minha convicção de que D. Jorge da Costa averba também o mérito da impressão do primeiro livro impresso em português, até agora conhecido. Foi essa convicção que, em 5 de Abril de 1987, transmiti à Sra. Doutora Rosemarie E. Hoch, em carta de que me permito transcrever algumas passagens:

12

— «...Quanto ao **Sacramental**, fiquei radiante com a revelação da cópia do colofão que o dá como impresso em Chaves, em Abril de 1488, pois vem confirmar a justeza da minha dedução, feita a partir das premissas lançadas por A. Anselmo e M. Roque e que «se de alternativa editorial se tratasse... as preferências incidiriam forçosamente no segundo», isto é, no **Sacramental**». E mais à frente continuava. —«... o colofão divulgado pela Sra. Prof.<sup>a</sup> Rosemarie E. Horch para mim tem o grande mérito de me levar a concluir que ainda antes da realização do sínodo já o prelado procurava colocar nas mãos dos clérigos do seu arcebispado um livro extremamente útil para colmatar deficiências de instrução de que muitos não estavam isentos».

Nessa mesma carta, quase a terminar, chamava-lhe a atenção para o que me parecia ser um erro existente no colofão, erro que está a dificultar a identificação do responsável pela impressão do **Sacramental**. Por isso escrevi: —«E se a palavra **Gundisalvi** da expressão «per iusu Gundisalvi» fosse um desdobramento errado de **G<sup>i</sup> = Georgii?** Só o original do colofão nos poderia dar a resposta, mas neste caso seria ouro sobre azul. Tudo isto são meras hipóteses. Mas as hipóteses são o primeiro passo no caminho da ciência, mesmo quando acabam por ser rejeitadas...»

## 2 — D. Jorge da Costa e a impressão do Sacramental

‘Estamos a comemorar o V.º centenário da introdução da imprensa em Portugal, efeméride que nos convida a revermos, com verdadeiro espírito crítico e sem paixão, posições assumidas e a procurarmos alargar os nossos conhecimentos sem receios de qualquer natureza que eles sejam.

Pela minha parte, além das reflexões atrás expendidas, procurarei demonstrar ou, se preferirmos, fundamentar a hipótese — que para mim, até irrefutável prova em contrário, é já uma sólida convicção, direi mesmo certeza — de que o arcebispo D. Jorge da Costa é, **pelo menos em termos institucionais**, o responsável pela impressão do *Sacramental*, terminada em Chaves, em 18-4-1488.

Entramos, assim, no ponto central desta breve comunicação, que obriga a uma análise prévia do colofão divulgado pela Prof.ª Rosemarie E. Horch. Trata-se de uma cópia do século XIX e isso, à primeira vista, retira-lhe força probatória. Não esqueçamos, porém, que um documento mesmo desprovido dos elementos de autenticação pode veicular uma notícia total ou pelo menos parcialmente verdadeira de um facto histórico. Um erro num documento pode não ser suficiente para neutralizar todo o seu valor.

### 2.1. — *Análise crítica do colofão*

O Sr. Prof. José Pina Martins pronunciou-se já sobre este colofão com uma crítica que não me parece suficientemente conclusiva. Com efeito, o facto de não sabermos se o colofão transcrito pelo cónego Feire de Carvalho corresponde à edição a que pertence o exemplar truncado que se encontra no Rio de Janeiro, para já, é irrelevante, pois, dado que antes de 1502 é esta a única até agora conhecida, a presunção de que a ela corresponde está toda a seu favor, mesmo que o colofão em causa fosse colhido noutra exemplar da mesma edição.

É certo que nos falta a garantia da absoluta fidelidade da transcrição, que pode ter sido feita apressadamente e em más condições, como observou o Sr. Prof. Pina Martins<sup>19</sup>. Admito mesmo que

---

19 — MARTINS, José V. de Pina — **O primeiro livro impresso em português**, in «Revista da Biblioteca Nacional», Lisboa, série 2, vol. 2, n.º 2, Jul.-Dez. 1987, pp. 161-166.

na transcrição há erro na leitura de um nome; mas isso não inutiliza por completo o valor do colofão, nada tendo a ver, por exemplo, com a data, expressa com os elementos tópico e crónico, isto é, com a menção do **lugar** e do **ano, mês e dia**. Nem me parece determinante para a sua rejeição a deficiente qualidade do latim em que está redigido, pois o colofão nada tem a ver com a obra, aliás, originariamente escrita em castelhano. O colofão não pertence à obra. É da altura da impressão, podendo, inclusive, ter sido adaptado de outro existente em obra impressa ou manuscrita, por algum clérigo representante do responsável pela edição ou pelos próprios impressores. O emprego de **Clavibus** para significar a localidade de Chaves não é grave numa obra saída das mãos de um mestre tipógrafo estrangeiro, que, embora mestre de ofício, não tinha de ser necessariamente versado na origem histórica e filológica de Chaves. E a comprová-lo aí está o facto de os flavienses, que tanto se orgulham das suas origens romanas, conservarem no brasão da cidade duas chaves<sup>20</sup>. Por sua vez, a reconstituição do adjectivo **[lus]itanis** a concordar com **Clavibus**, para situar esta vila nortenha **em Portugal**, apesar de traduzir desconhecimento da divisão administrativa romana, é aceitável se recordarmos que, em 1481, o próprio D. Garcia de Meneses, na célebre oração proferida perante o papa Sisto IV, empregou os termos **Lusitania** e **Iusitani** para se referir a Portugal e aos portugueses<sup>21</sup>.

14 Para além destes reparos e de duas terminações no dativo terem sido incorrectamente grafadas como consequência da prática corrente no latim medieval de se escrever sob influência fonética, temos de reconhecer que este colofão respeita a estrutura das epígrafes honoríficas.

Na cópia deste colofão há, contudo, um erro, apenas detectado na sequência de uma crítica histórica, erro tão grave que, em meu entender, ocultou até agora a identificação do responsável por esta edição e, apesar disso, ninguém tinha dado por ele.

A fim de melhor a ele me poder referir e porque permitirá corrigir afirmações inaceitáveis, antes de prosseguir, desejo apresentá-lo em latim e numa tradução diferente da que foi divul-

---

20 — **Grande Enciclopédia Luso-Brasileira**, vol. 6, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 635.

21 — HERCULANO, Alexandre — **História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III**, 9.ª ed., tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 38-39.

gada pela Sra. Prof.<sup>a</sup> Rosemarie E. Horch<sup>22</sup>:

Sume trinitati ac genitrice Marie  
Virgini Xpi Laus inefabilis «Libro  
ita patrato clavib<sup>9</sup> jtanis per jusu  
Gudisalvi a magistro Johane Oviete  
si Roderico ac Gudisalvo hujus operis  
compositorib<sup>9</sup>» Anno dni m.<sup>o</sup> quattu-  
orcetessimo. lxxxviii Mense aprilis  
xviii.d.

*À SS.<sup>ma</sup> Trindade e à Virgem Maria, Mãe de Cristo, louvor inefável, terminado que foi este livro, em Chaves, Portugal, por ordem de GONÇALO (?), por mestre João de Oviedo, Rodrigo e Gonçalo, impressores desta obra, no dia 18 do mês de Abril do ano do Senhor de 1488.*

A leitura atenta do texto latino e desta tradução obriga a tirar as seguintes conclusões:

1.<sup>a</sup> — Os impressores desta obra foram **três** e não dois: mestre João de Oviedo, Rodrigo e Gonçalo;

2.<sup>a</sup> — Não é possível reduzir os dois companheiros de mestre João de Oviedo a uma só pessoa de nome **Gonçalo Rodrigues**, numa tentativa de o identificar com o conhecido Gonçalo Rodrigues de la Pasera, como acontece nos estudos da Prof.<sup>a</sup> Rosemarie E. Horch<sup>23</sup>;

3.<sup>a</sup> — Apesar de na cópia do colofão divulgada pelo cónego da patriarcal lisbonense, Francisco Freire de Carvalho, se dizer que o **Sacramental** foi impresso «per iusum Gindisalvi», este nome **Gonçalo** é insustentável, pois constitui, como tentarei demonstrar, um erro de leitura e de transcrição paleográficas.

Esta expressão «per iusum Gundisalvi» (ou daquele que errada e inconscientemente foi silenciado), foi intencionalmente introduzida no colofão a fim de perpetuar a memória de quem mandou imprimir a obra, e que, por isso, com a responsabilidade dos custos averbava também o mérito da edição. Este inciso, na sua brevidade, à data da publicação, era suficiente para identificar um tal mecenas

22 — HORCH, Rosemarie Erika — **O primeiro livro impresso em língua portuguesa**, in «Prelo»..., 10, p. 12, nota (3); **Luzes e fogueiras**..., fl. 18.

23 — Ver as duas obras citadas na nota anterior, respectivamente a p. 13 e fls. 188.

junto dos destinatários da obra. Para o simples nome, sem qualquer patronímico ou título, bastar à sua identificação tinha de ser pessoa largamente conhecida.

Nestas condições e atendendo a que o **Sacramental**, como o seu autor claramente afirma, foi escrito, digamos, organizado, para o clero da diocese de Leão, só poderia ter sido mandado imprimir em português por alguém que desejava torná-lo acessível a clérigos diocesanos portugueses, já que esta obra não se revestia de interesse especial para os membros de ordens monásticas e, além disso, nos finais do século XV, cada mosteiro era autónomo, estava-se numa época de crise em que predominavam os **comendatários**, o número de religiosos em cada comunidade era reduzidíssimo e não é crível que se optasse por um investimento desta envergadura para obviar às necessidades de um escasso número de monges, quando nem se pensava ainda na constituição das **Congregações** do período pós-tridentino, pelo que nem sequer estava garantida a distribuição nas outras casas da mesma Ordem.

**Tal iniciativa só podia partir de algum prelado diocesano, que bem conhecesse as vantagens da imprensa nos planos da cultura e da pastoral.**

Acontece, porém, que no elenco dos prelados existentes nas dioceses portuguesas, em 1488 e nos anos mais próximos, anteriores e posteriores, **não houve nenhum chamado Gonçalo**<sup>24</sup>.

16

Concluo, por isso, que na transcrição do colofão há uma palavra errada, pelo que esta transcrição não se pode considerar inteiramente fiel. Isso, porém, não destrói todo o seu valor histórico-documental.

O que, por certo, lá estava era um **G**, que o cónego Freire de Carvalho, viu, e tentando ser útil aos seus leitores desdobrou erradamente por **Gundisalvi**, quando deveria ter desdobrado por **Georgii**.

Antes de apresentar as provas documentais em que se funda esta minha interpretação, desejo informar V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> de que, se na citada carta de 5-4-1987 aventei esta interpretação conduzido por uma certa intuição, disponho agora de elementos que a legitimam. Com efeito, desde os anos anteriores a 1481 até 1497 temos provas de que o futuro arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, assinava o seu nome apenas pela sigla **G**.

---

24 — Cf. OLIVEIRA, Mons. Miguel de — **História eclesiástica de Portugal**, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa, União Gráfica, 1958, pp. 431-447.

## 2.2. — *Alguns dados biográficos do arcebispo*

Para melhor se acompanhar a exposição sobre este ponto, aliás da maior importância — direi mesmo decisivo — convém adiantar algumas notas biográficas deste prelado:

- Natural da vila de Alpedrinha, Fundão, era filho de Martim Vaz e de D. Catarina Gonçalves da Costa e irmão do célebre Cardeal Alpedrinha, igualmente chamado D. Jorge da Costa, que por morte do irmão arcebispo, viria a governar a Arquidiocese de Braga, desde 1501 até 1505.
- Deão da Sé de Lisboa e protonotário apostólico, já estava na Itália antes de 1481<sup>25</sup>.
- De 1481 a 1486, foi bispo de Silves, Algarve, embora permanecendo sempre em Roma<sup>26</sup>.
- Em 27-1-1486, foi eleito arcebispo de Braga, governando a Arquidiocese até 1501, ano em que viria a falecer na cidade de Roma<sup>27</sup>.
- Em 9-2-1486, nomeou os seus três procuradores para tomarem posse da Arquidiocese em seu nome e a governarem durante a sua ausência.
- Em 17-2-1486, nomeou seu vigário-geral o cônego de Lisboa, Jusarte Afonso.
- Em 4-3-1487, D. João II suspendeu a aplicação do beneplácito régio e autorizou a publicação da bula de nomeação de D. Jorge da Costa para Braga e de outros documentos relativos a este processo.
- Em 24-3-1487, os procuradores apresentaram as bulas e outra documentação ao Cabido, reunido na Sé de Braga<sup>28</sup>.
- Conquanto não diga respeito à biografia do arcebispo, urge anotar que, em 8 de Junho de 1487, o bispo auxiliar, D. Frei Gil, celebrou a última ordenação geral, só voltando a haver ordenações em 2 de Dezembro de 1492<sup>29</sup>.

---

25 — A.D.B., *Inventário dos bens do Cabido*, s.n., elaborado em 1612, fl. 6, publicado por COSTA, P. Avelino de Jesus da — *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga*, Braga, 1985, p. 84.

26 — A.D.B., *Gaveta dos arcebispos*, n.º 96.

27 — FERREIRA, Mons. José Augusto — *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, tomo II, Braga, Mitra Bracarense, 1930, p. 350.

28 — A.D.B., *Gaveta dos arcebispos*, n.º 96.

29 — A.D.B., *Matrículas de ordens*, maço 4, s.n.



**D. Jorge da Costa só chegaria a Braga na segunda metade de 1488, antes do sínodo de 6 de Dezembro desse ano.**

2.3. — *A assinatura de D. Jorge da Costa*

Durante este período, isto é, desde muito antes da sua eleição para o sólio metropolitano de Braga até aos últimos anos da sua vida, encontramos um vasto conjunto de documentos em que D. Jorge da Costa assinou sempre o seu nome escrevendo apenas a sigla **G**, a que me referi.

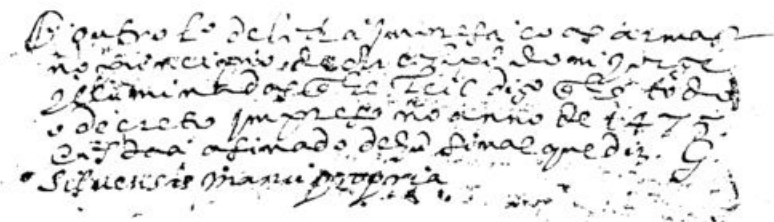
O mesmo atestam as notícias disponíveis, relativas à sua rica colecção de incunábulo, alguns dos quais adquiridos em Roma ou noutros pontos de Itália ainda antes de 1481, como se verifica pelas notícias registadas no «**Inventário dos livros que se guardavão na Livraria antiga da Sé**», elaborado em 1612.

A título de exemplo, no n.º 52 desse inventário pode ler-se:

— «Outro livro de letra impresa, com as armas do Arcebispo Dom Jorge no principio, que hé **Terencio**. E está no fim asinado hum sinal que diz: «**Georgius decanus Ulixbonensis prothonotarius**»<sup>30</sup>. Da mesma forma, no n.º 63, descreve-se um **Decreto**, adquirido quando era bispo de Silves, posteriormente ilustrado com as suas armas de arcebispo, colocadas no principio da obra. A assinatura era, mais uma vez, apenas um **G**, seguido da menção da dignidade episcopal, sabendo-se que foi escrito pela sua própria mão:

18

— «Outro livro de letra impresa, com as armas no principio do Arcebispo Dom Jorge, illuminado, que hé leis, digo que hé todo o **Decreto** impreso no anno de 1478 e esta asinado de hum sinal que diz: **G(eorgius) Silvensis manu propria**»<sup>31</sup>.

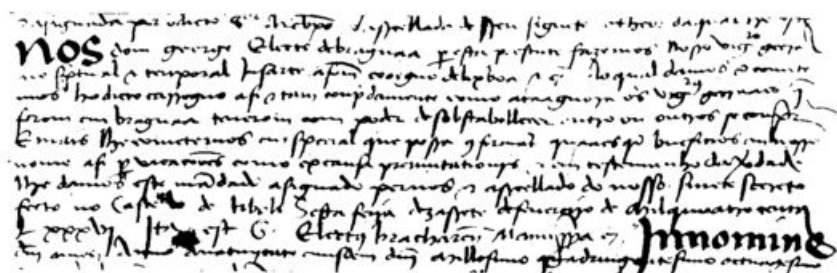


30 — COSTA, Pe. Avelino de Jesus da — **A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga** Braga, 1985, p. 84, (Sep. de «Teologica», vol. 18).

31 — A.D.B., *Fundo do Cabido de Braga*, livro s.n. Publicado por COSTA, Pe. Avelino de Jesus da — o.c., p. 85.

O desdobramento de **Georgius** deve-se ao Prof. Avelino Costa, porque no original do inventário, além de se falar «de hum sinal», na realidade, está apenas a letra **G**, como se verifica na reprodução. E os casos sucedem-se, valendo a pena visualizar alguns com assinaturas autógrafadas e outros colhidos em documentos transmitidos em públicas-formas ou em cópias autenticadas, nos quais os tabeliães ou os simples copistas respeitavam, na íntegra, a forma como o prelado assinava. A título exemplificativo vejamos-se:

1 — A procuração passada pela sua própria mão, em 17 de Fevereiro de 1486, conhecida em pública-forma<sup>32</sup>;



2 — A provisão de 22 de Dezembro de 1490, autógrafa, conservando ainda o selo apostado, de lacre vermelho<sup>33</sup>;

(Ver fac-símile no verso)

32 — A.D.B., Gaveta dos arcebispos, n.º 96, fl. 2.

33 — A.D.B., Registo geral, n.º 331, fl. 47.





6 — E, finalmente, nas **Matrículas de ordens**, de 25 de Abril de 1497<sup>37</sup>

¶ *Jorge de melo filho de manuel de melo e de sua legitima  
mulher Beatiz da silva moradores na parochia da igreja  
de sancta m<sup>a</sup> de olivenra ad p<sup>ma</sup> cleyralem tonsuram et ad  
omnes alios quatuor minores ordines promovendo ad titulu suu  
patrimonij etc.*

¶ *Joham de melo filho de manuel de melo e de sua legitima mulher  
Beatiz da silva moradores na parochia de sancta m<sup>a</sup> da  
villa de Olivenra da dioc<sup>e</sup> de Braga ad p<sup>ma</sup> cleyralem tonsuram  
et ad o<sup>e</sup> alios quatuor minores ordines ad promote ad tit<sup>u</sup>  
suu patrimonij de que se ppureu stragente etc.*

*G. Archepiscopus  
Bragaren.*

22

Perante este conjunto de provas documentais é indiscutível que D. Jorge da Costa, em geral, assinava o seu nome apenas com um G.

No colofão visto pelo cônego Freire de Carvalho devia constar a expressão «per iusum G», integrada pela sigla G, que para o clero de Braga identificava suficientemente o arcebispo D. Jorge da Costa.

Desdobrando esta sigla por **Gundisalvi**, Freire de Carvalho, embora sem dar por isso, eliminou, até agora, todas as possibilidades de identificação do responsável por esta edição.

37 — A.D.B., **Matrículas de ordens**, maço 4 (25-4-1497).

2.4. — *A imprensa e a inovação pastoral*

A fim de clarificar todo este processo, recordemos que do conjunto da acção pastoral deste prelado emerge a sua solicitude com a formação do clero, bem comprovada, ainda antes de entrar pessoalmente na diocese, pela suspensão radical da celebração de ordenações gerais e especiais, a partir de 8 de Junho de 1487 até 2 de Dezembro de 1492, como se verifica pelo quadro seguinte, relativo às ordenações posteriores a 1485:

### ORDENAÇÕES NA ARQUIDIOCESE DE BRAGA DE 1485 A 1497

Anos	Ordenações			Ordens			
	Gerais	Especiais	Total	Menores	Subdiaconado	Diaconado	Presbiterado
1485	7	1	8	187	26	19	16
1486	13	1	14	206	59	41	25
1487*	4	—	4	191	47	57	52
TOTAIS	24	2	26	584	132	117	93

\* Em 8-6-1487, o bispo auxiliar, D. Frei Gil, celebrou a última ordenação geral.

e ainda



1492 (2 Dez.)	1	—	1	11	—	—	—
1493	3	3	6	11	—	—	—
1494			5	15	—	—	—
1495	1	—	1	53	11	11	8
1496			2	3	—	—	—
1497			2	2	—	—	—
TOTAIS	—	—	16 <sup>38</sup>	95	11	11	8

24

Os clérigos minoristas eram muitos, mas poucos ascendiam ao presbiterado, não sendo, por isso, necessário nem conveniente ordenar mais. Daí a sua reacção contra a ordenação abusivamente feita pelo bispo auxiliar, D. Frei Gomes da Rocha, em 31 de Março de 1494<sup>39</sup>. O que se impunha era dar-lhes instrução conveniente e formação adequada. D. Jorge da Costa, por experiência própria de largos anos, conhecia as vantagens que nesse sentido lhe oferecia a nova técnica tipográfica e quis aproveitá-la. O **Sacramental**, que já corria manuscrito em versão portuguesa, visava precisamente essa finalidade instrutiva e podia imprimir-se de imediato, não sendo necessário demorar muito a preparar o texto para a impressão.

Nos primeiros contactos epistolares com os seus procuradores e com o vigário-geral, o novo arcebispo deve ter deliberado proceder à impressão imediata desta obra, que era, ao mesmo tempo, um **catecismo** e um **tratado geral de teologia moral sacramental**, seguindo-se-lhe o **Tratado de confissão**, como tratado **especial** sobre este sacramento, no qual introduziu uma cláusula penitencial

38 — Pelo teor de algumas **matrículas** não é possível saber com rigor se as ordenações foram gerais ou especiais, pelo que apresentamos apenas o seu número global.

39 — A.D.B., **Matrículas de ordens**, maço 4, s.n. Sobre este assunto ver tb MARQUES, José — **A Arquidiocese de Braga no século XV**, vol. II, Lisboa IN-CM, (1988), p. 963.



destinada a obrigar os presbíteros a observarem o **rito bracarense**, enquanto não se imprimiam os respectivos livros litúrgicos, cuja impressão se impunha, dados a sua falta e o mau estado de grande parte dos que ainda existiam manuscritos, por vezes sob a forma de pequenos cadernos, segundo atestam os inventários paroquiais conhecidos<sup>40</sup>. Mesmo que, eventualmente, não tenha dado qualquer ordem escrita sobre este assunto, também não era necessária, porquanto na referida procuração lhes havia outorgado plenos poderes, acrescentando, a terminar, que poderiam fazer tudo o que fosse necessário ou oportuno e que ele próprio faria ou poderia fazer se estivesse pessoalmente presente: — «... **Et generaliter omnia allia et singulla faciendum dicendum gerendum exercendum et procurandum que in premissis et circa ea necessaria fuerint seu quomodolibet opportuna et que ipsemet dominus constituens faceret seu facere posset si in premissis omnibus et singullis presens et personalliter interesset**»<sup>41</sup>.

Institucionalmente, o arcebispo era, assim, o responsável pela impressão do *Sacramental*, devendo, por isso, constar no colofão que foi impresso por seu mandado. Nestas circunstâncias, mesmo na sua ausência e à semelhança do que faziam os tabeliães nas públicas-formas, o vigário-geral ou o seu representante junto dos tipógrafos de Chaves e eles próprios respeitaram, no referido colofão, a forma como o arcebispo costumava assinar.

Por tudo isto, sou levado a concluir que no colofão da edição de 1488, em vez de «Gundisalvi» estava apenas a sigla **G**, referente a D. Jorge da Costa, erradamente desdobrada na obra do cónego Freire de Carvalho, datada de 1845.

Embora sem aquela certeza apodítica que todos gostaríamos de ter, até provas inconcussas em contrário, continuo a atribuir, segundo penso, com segurança, a responsabilidade da impressão do **Sacramental** de Valdeiras a este prelado bracarense.

Mais. Julgo que ninguém ousará, com fundamento, contestar que a ele pertence o mérito de haver ordenado a impressão do **Tratado de confissom**, o que, efectivamente, constitui um excelente «ponto de partida» para a prossecução «das nossas investigações, não um ponto de chegada»<sup>42</sup>, embora remontando ao ano de 1488,

40 — A.D.B., **Gaveta 2.ª das igrejas**, n.º 58; **gav. 1.ª das igrejas**, n.º 46; **coleção cronológica**, caixa 25, s.n.

41 — A.D.B., **Gaveta dos arcebispos**, n.º 96.

42 — MARTINS, José V. Pina — o.c., p. 164.

com o **Sacramental**, como tudo parece indicar. Além disso, todos sabemos que foi no seu governo arquiépiscopal e por sua intervenção que foram impressos os três livros litúrgicos de Braga: o **Breviário** (1494), o **Manuale** (1496) e o **Missale** (1498)<sup>43</sup>.

Nestas condições, temos de concluir que o arcebispo D. Jorge da Costa, além de responsável pelas duas primeiras obras impressas em vernáculo, foi também o maior impulsionador da imprensa portuguesa — ou, melhor dito, em Portugal — no século XV, tendo o seu nome ligado a cinco incunábulos e, naturalmente, ao **Certificado de indulgência** de Inocêncio VIII, impresso por João Gherlinc, em Braga, em 1492<sup>44</sup>. Pode mesmo dizer-se que foi pioneiro e inovador entre nós, utilizando a imprensa ao serviço da pastoral.

### 3 — Impresso em Chaves, porquê?

Há ainda uma questão que não pode deixar de ser abordada: — **Porquê impressas em Chaves estas duas obras em português?**

É, sem dúvida, uma questão delicada e difícil de resolver. Na busca de uma resposta, importa não se deixar seduzir pelos exageros do bairrismo doentio de certos flavienses, que atribuem a esta vila nortenha uma importância que não tinha.

É indiscutível o carácter utilitário, sob o ponto de vista religioso, das primeiras publicações, tanto judaicas como cristãs, e a situação periférica das oficinas de Faro e de Chaves, o que aponta para a presença de tipógrafos judeus nestas localidades. A sua presença em Faro é incontestável. E não estaremos, em Chaves, perante uma situação paralela, sendo, neste caso, a actividade exercida sob a orientação de mestre João de Oviedo? A pressão castelhana antijudaica levou alguns **conversos** a virem fixar-se à cidade do Porto, cuja vereação os expulsou, antes de 8 de Abril de 1487<sup>45</sup>. Outros ter-se-ão, eventualmente, instalado em Chaves.

Para os judeus castelhanos esta proximidade da fronteira flaviense era suficiente para os manter a salvo das violências popula-

---

43 — FERREIRA, Mons. José Augusto — **Estudos histórico-litúrgicos. Os ritos particulares das Igrejas de Braga e Toledo**. Coimbra, Coimbra Editora, 1924, pp. 160 ss.

44 — ANSELMO, Artur — **Origens da imprensa em Portugal**, Lisboa, IN-CM, 1981, pp. 273-274.

45 — SERRÃO, Joaquim Veríssimo — **História de Portugal**, vol. II, Lisboa, Verbo 1978, p. 261. Sobre esta problemática ver também: SUAREZ FERNANDEZ, Luís. — **Documentos acerca de la expulsion de los judios**, Valladolid, 1964.

res, que os obrigaram a abandonarem as suas terras, e até fora do alcance da jurisdição dos Reis Católicos, que viriam a expulsá-los em 31 de Março de 1492, e, ao mesmo tempo, permitia-lhes alimentar os contactos mais ou menos regulares com as populações castelhanas, como sempre acontece, com facilidade, em zonas de raia seca. O mestre impressor conservava no nome a menção da sua procedência — Oviedo — prática seguida por tantos outros como acontecia, por exemplo, entre os judeus de Braga, dessa altura, com Jacob **Castelão**, Abraão **Galego**, Menahen **Galego**, Salomão **Montesinho**, etc. Por outro lado, os nomes de João, Gonçalo e Rodrigo eram frequentemente assumidos por judeus **convertos** e **cristãos-novos**<sup>46</sup>, o que se harmoniza, sem dificuldade, com a situação descrita. É possível que os dois companheiros de mestre João de Oviedo procedessem também de além-fronteira. Seja como for, o que sabemos é que entre alguns judeus de Chaves foi-se dando uma aproximação ao Cristianismo, chegando mesmo, em 1495, a receber ordens menores em Braga um tal Rodrigo, filho de Diogo Rodrigues, esclarecendo a **matrícula** de ordens que também o pai do clérigo abraçou a Fé Cristã, tendo a mãe continuado apegada ao judaísmo<sup>47</sup>:

123  
 João filho de D. João bom Cristiano judeu  
 em foydo judeu antigo um judeu e o nome  
 de foydo e seu pai moço um foydo de foydo  
 in de chamat de foydo de foydo e o nome  
 non se paxo com o nome seu pai judeu

27

Estaremos em presença de pessoas de alguma forma relacionadas com os impressos flavienses?

Conhecendo nós os três impressores do **Sacramental**, em 1488, não será de admitir que a eles se deve também a impressão do **Tratado de confissom**?

46 — MARQUES, José — **A contenda do Cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV**, in *Braga medieval*, Braga, 1983, pp. 104-107.

47 — A.D.B., **Matrículas de ordens**, maço 4, s.n.

## 4 — Conclusão

Enquanto estas perguntas aguardam respostas definitivas, impõe-se rejeitar a explicação da fixação, mesmo provisória, da tipografia em Chaves pelo simples facto de ser caminho de peregrinos, até porque **não era a única nem a principal via de passagem para Santiago de Compostela**. Divulgar mapas que apontam Chaves como ponto obrigatório de passagem dos portugueses para Compostela, além de revelar o mais completo desconhecimento do sistema viário medieval, pode induzir em erro investigadores estrangeiros, como já aconteceu<sup>48</sup>. Não hesito afirmar que isso constitui um péssimo serviço prestado à História de Chaves, que deve ser valorizada e dignificada.

Consequentemente — e como já escrevi — tem de se rejeitar a hipótese de ter sido instalado aí um comércio livreiro destinado aos peregrinos... sem entrar sequer em linha de conta com o grau de analfabetismo...!<sup>49</sup>.

À semelhança do que afirmei, em 1986, acerca do **Tratado de confissom**<sup>50</sup>, também o **Sacramental** não pode ser considerado como obra de crítica e sátira social contra a Igreja e o clero. Não era essa a intenção do seu autor e nem a natureza desta obra nem o conhecimento prévio dos que seriam os seus primordiais destinatários permitiam tal estilo.

28 Numa perspectiva afirmativa, direi que D. Jorge da Costa é o responsável pelas impressões dos dois primeiros livros em português, saídos dos prelos de Chaves, e que os mesmos se destinavam à numerosa clerezia bracarense, no seu conjunto.

Estamos, por isso, em condições de poder afirmar que o **Tratado de confissom** e o **Sacramental** não arrebatarem a prioridade da impressão ao **Breviarium Bracarense**, tendo cada uma destas obras aparecido, por ordem cronológica, integrada no lugar que logica-

---

48 — HORCH, Rosemarie Erika — **Luzes e fogueiras...**, mapa 3, em apêndice. A fim de se poder verificar a inconsistência da posição tomada por quantos consideram Chaves como ponto obrigatório de passagem para Compostela — erro tremendo, em que acabou por ser induzida a Sra. Doutora Rosemarie E. Horch — proponho ao leitor o confronto entre este mapa e os que foram elaborados pelos Profs. Humberto Baquero Moreno e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, reproduzidos em apêndice a este estudo.

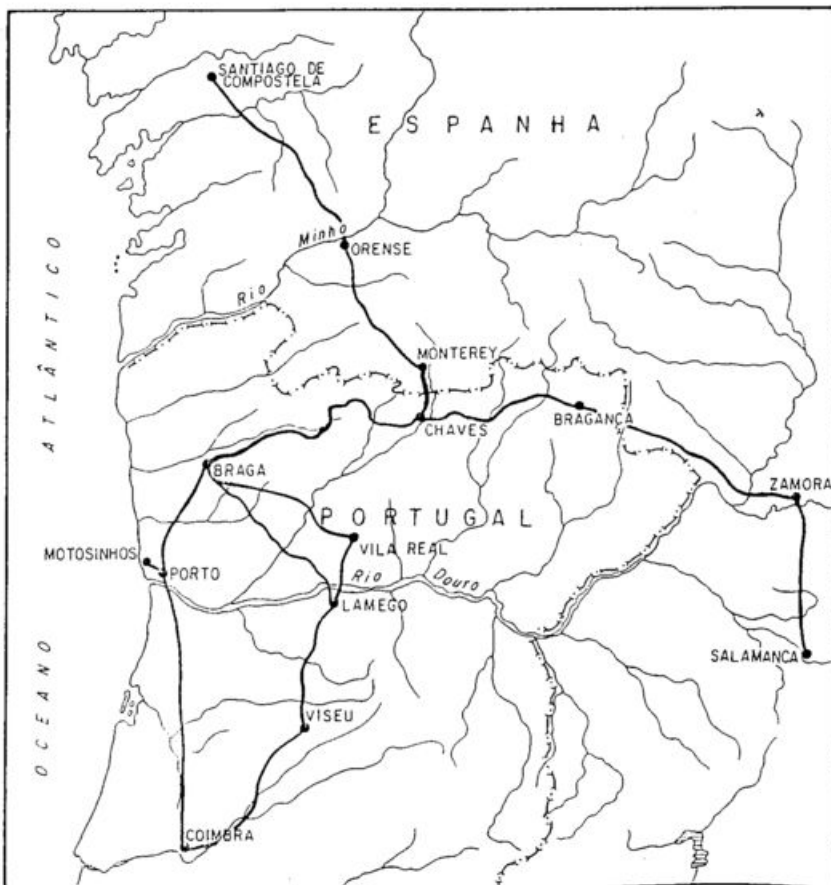
49 — MARQUES, José — **Tratado de confissom...**, p. 10.

50 — MARQUES, José — **Tratado de confissom...**, pp. 14-15.

mente lhe competia, dentro de um «projecto editorial» levado a cabo por D. Jorge da Costa, com objectivos meramente pastorais.

Continuar a aprofundar o estudo desta temática, já que há tantos problemas em aberto, será a melhor forma de comemorar o V.º Centenário da impressão, em português, do **Sacramental**, organizado pelo arceediago de Valdeiras, Clemente Sánchez de Vercial.

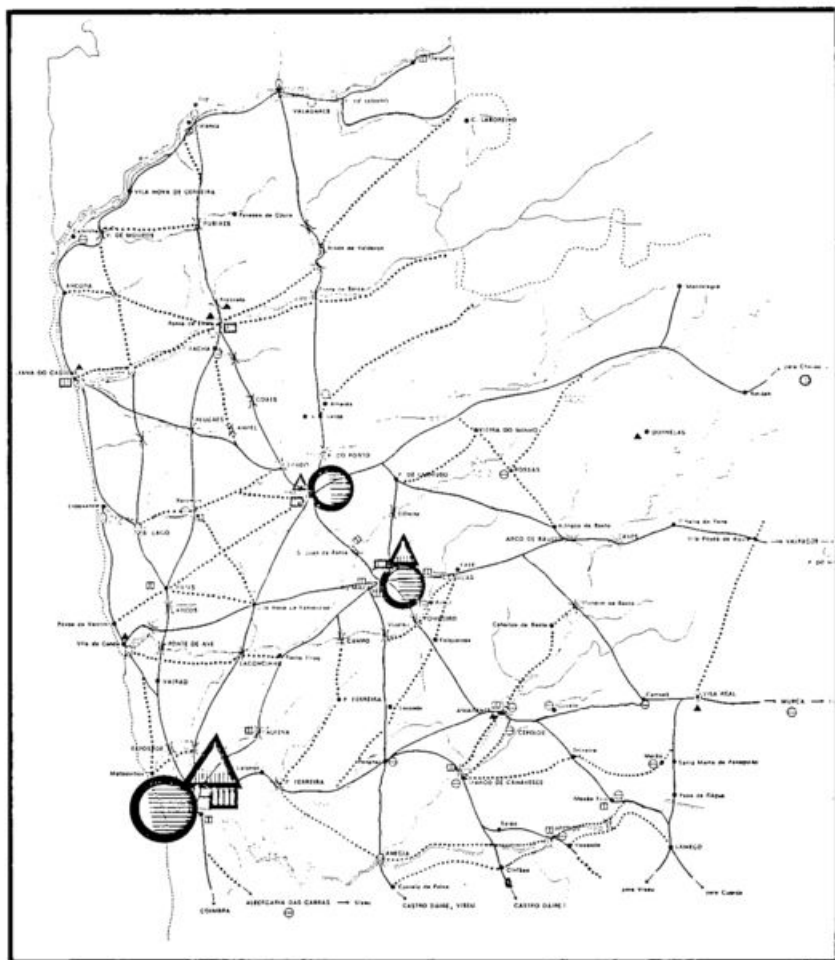
Braga, 5 de Maio de 1988



29

Mapa 1 — Caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, no século XV, segundo Rosemarie E. Horch, que utilizou como fonte de informação: SÁ, Mário — *As grandes vias da Lusitânia*.





Mapa 3 — Os caminhos medievais do Entre-Douro-e-Minho, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida — Os caminhos e a assistência no norte de Portugal, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, I.A.C., 1973, entre as pp. 50-51.

